



A FALÁCIA DO ECOCAPITALISMO: o ecossocialismo como horizonte

Luciana do Nascimento Simião¹

Resumo: Neste artigo, fazemos apontamentos críticos da apropriação do capital da crise ambiental contemporânea, oriunda dos processos históricos de intervenção humana e capitalista sobre a natureza, mediante sua apropriação enquanto objeto, que configura a emergência por transformações radicais nas esferas produtivas e das relações sociais, questionando as alternativas ecocapitalistas e apontando o ecossocialismo como horizonte. A análise da ameaça ecológica que ora nos deparamos, numa perspectiva de totalidade, pressupõe apreender as contradições sistêmicas do capital, seus padrões produtivos a fim de construir uma realidade alternativa que nos possibilite o alcance do equilíbrio ambiental.

Palavras-chave: Capitalismo; Ecocapitalismo; Ecossocialismo.

Abstract: In this article, we make critical notes of ownership of the capital of contemporary environmental crisis, arising from historical processes and human intervention on the capitalist nature through its appropriation as an object, which configures the emergence of radical transformations in the spheres of social and productive, questioning ecocapitalistas alternatives and pointing ecosocialism the horizon. The analysis of ecological threat that we face now, from a perspective of totality presupposes grasp the systemic contradictions of capital, its production standards in order to build an alternate reality that enables us to achieve environmental balance.

Keywords: Capitalism; Ecocapitalismo; Ecosocialism.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). lucianansimiao@hotmail.com



1. INTRODUÇÃO

A questão socioambiental no capitalismo contemporâneo apresenta-se como uma grande problemática da humanidade. Amplos são os debates desencadeados com participação de diferentes sujeitos, com interesses e posições distintas, divergentes e/ou convergentes acerca de como a humanidade poderá se sustentar e sobreviver em curto e longo prazo na Terra em equilíbrio com a natureza frente à escala de produção e consumo atuais e aos sinais evidentes de esgotamento dos recursos renováveis e não-renováveis da natureza. Privilegia-se no debate, discussões em torno da questão da (im) possibilidade real/atual e prospectada para o futuro da perpetuação dos padrões de produção e consumo atuais, porém, integra-se também nesse movimento, reflexões sobre os desafios do enfrentamento da fome, da miséria e pobreza extremadas, conclusivas da desigualdade social sistêmica histórica que erigem do capitalismo, que vem mantendo grandioso contingente de seres humanos em estado de barbárie e distante da chamada “segurança alimentar” a que fatalmente os segmentos dominantes são chamados a discutir, ainda que de maneira punitiva, por transferir o saldo devedor à população mundial e não ao capital.

Nesse processo, os segmentos dominantes, à chamada parceria “público-privado” que corresponde a máxima intervenção pública empresarial com recursos privados e incentivo público estatal nos problemas socioambientais, caracteriza um Estado que responde aos objetivos neoliberais, enxuto e forte para o capital e transferem para a sociedade civil responsabilidades estatais e do próprio capital. Dessa forma culpabiliza os indivíduos, fragmentam, focalizam, limitam e restringem políticas públicas e direitos para a classe trabalhadora.

Estamos diante de uma crise estrutural do capital avassaladora, na qual se diferencia das demais crises por não estar atrelada tão somente a superprodução, como o fora em outros estágios dos seus ciclos econômico-produtivos, e sim, ao setor econômico, intrinsecamente. Isso, dentro da lógica do capital financeiro, cuja mundialização condicionou um contexto de crise internacional, dada sua dinâmica complexa. Embora esta crise também tenha implicações destrutivas para outras dimensões da vida social: cultural, político, social.

Nesse sentido, um grande desafio está posto ao capital na contemporaneidade-para a manutenção de sua lógica produtiva/destrutiva: construir estratégias de produção em todas as dimensões, que supostamente possam alcançar um equilíbrio entre a necessidade



produtiva orientada para o consumo com preservação dos recursos naturais, nas quais embasam anunciando a defesa pelo tripé da sustentabilidade: o equilíbrio entre as dimensões econômica, social e ambiental. Daí a importância de se refletir criticamente o significado da sinfonia suave do “capitalismo verde” que anuncia intencionalidades socioambientais, mas obscurece as estratégias e os benefícios de mercado para a manutenção da ordem.

2.1 (In) Sustentabilidade do capital e as chamadas “Empresas cidadãs”: reinado da sociedade civil e a Estado mínimo

As “Empresas cidadãs” no tempo histórico em que vivemos, aparecem como a grande solução encontrada pelos seguimentos dominantes para resolver os problemas socioambientais. O movimento de refilantropização empresarial e de tentativa de conferir imagem social solidária e humanitária frente aos grandes problemas de nossa época, e de inserção de serviços sociais públicos para o setor privado, apresentam-se enquanto grande fenômeno do século XXI. Nesse século que ganha maior vulto, dada a grande mobilização, conclamação da participação da sociedade civil, dentro de um ideário neoliberal de cooperação civil, e reivindicação da solidariedade social, com forte participação das mídias nesse processo, e dos veículos de comunicação tecnológicos peculiares a revolução informacional do capital.

Esta vem sendo denotada pela divulgação de projetos, pesquisas, ações sociais, estratégias produtivas via fonte renováveis, sob o discurso da filosofia do verde, do socialmente responsável e do ecologicamente correto, configurando-se assim, como um processo de reestruturação do capital, frente as suas crises, envolto de ajustes e receituários neoliberais.

O processo de “ajuste global” para o capital de que organismos financeiros internacionais são pioneiros, condicionam os países devedores a lógica da conformação da prática de seus Estados nacionais e a economia a voltarem-se a salvaguarda dos impérios em falência do capital, com foco na desregulamentação dos mercados, privatização do setor público e redução do Estado, para o desenvolvimento sustentável do capital. (AMARAL & CESAR:2009).



No panorama desses “ajustes globais”, o espaço público estatal tem sido gradativamente privatizado sob a difusão estratégica do ideário neoliberal desse aparelho enquanto burocrático, corporativista e ineficiente. E essa tem uma direção muito bem definida: a tomada de posse de suas atribuições configurando um “público privado” sob a responsabilidade de cumprir suas funções sociais, cabendo ao Estado apenas a função de representação dos interesses globais da economia, sem interferência no mercado, e de estabelecer relações internacionais.

“A “Reforma do Estado” postulou o reconhecimento de um “espaço público não-estatal”, composto por organizações e iniciativas privadas sem fim lucrativos que, em tese, seriam capazes de absorver a prestação de serviços sociais com base na “cidadania” e no “espírito comunitário”. (AMARAL & CESAR:2009. P.430).

É nesse espaço que as empresas “assumem” o papel social de implementação de programas, projetos e ações sociais de cunho comunitário- assistencial, focalistas, fragmentados e seletivos, atuantes sob recortes da questão social, para lhes conjugar imagem social confiável, compatível com a postura solicitada mercadologicamente, na atual dinâmica, conjugada ao ímpeto da lucratividade como estratégia de “sobrevivência” empresarial.

Nessa esteira, assistimos empresas implementando, fomentando e divulgando ações sociais assistenciais, para criação de sua imagem social positiva, pautadas em selos, premiações, reconhecimento público/privado do alinhamento da lucratividade com um forjado “compromisso ético”. Estas utilizam-se dessas ações sociais como mecanismo da criação de um Marketing social em torno de si, acrescentando aos seus produtos e serviços logomarcas que remetam a esse “compromisso social”.

Essas novas formas de “investimentos sociais privados”, conforme atribuem as suas atividades, são assim classificadas para afastar críticas que as acusem das antigas formas de filantropia. Todavia, sabe-se que em essência resgatam tais práticas, e nesse sentido é imperativo classificar tal movimento de um processo de refilantropização.

No sentido de alcançarem seus objetivos com tais investimentos, profissionalizam suas intervenções no âmbito social, com suporte muito bem definido das novas práticas de gestão, planejamento estratégico, administração financeira, marketing, captação de recursos, parcerias, etc. Inserem em seus processos, a comunidade, o empresariado, o Estado e suas representações locais, o que designam na linguagem administrativa de “partes interessadas” (Stakeholders), ou seja, a parceria com a sociedade civil e a



comunidade política nesse processo de catequização e responsabilização de sujeitos parece fundamental.

Os apelos ideológicos do capital, no cerne das atividades de Responsabilidade Social Corporativa/Social ou Socioempresarial, reivindicam a materialização de indicadores sociais daquilo que, ultimamente, se passou a chamar de Sustentabilidade. Não por acaso, nas últimas décadas, tal problemática vem ganhando destaque nas agendas de governos e de inúmeros movimentos sociais das mais variadas vertentes políticas.

Contudo, a sensibilização das massas e dos Estados-nação à necessidade de criação e fomento de práticas e de políticas socioambientais sustentáveis, ainda não consegue estabelecer uma crítica societária à questão. Isto porque, a discussão da sustentabilidade não pode ser deslocada das condições objetivas à sua viabilização. Esta, por sua vez, está intrinsecamente associada ao modo de (re)produção da vida social. Certamente, a dimensão destrutiva do legado histórico da sociabilidade capitalista, não parece permear o debate, nem as escolhas socioeconômicas e políticas trilhadas para o enfrentamento das problemáticas que alimentam o discurso e a reivindicação pela sustentabilidade, na perspectiva do capital. Pois, o poder ideológico dominante, em torno dessa questão reproduz uma intencionalidade ilusória e parcial no conjunto das massas.

2.1.2 o ecossocialismo como horizonte

O ponto de partida de nossa reflexão é a compreensão de que as problemáticas ecológicas que configuram a questão ambiental estão diretamente articuladas com o modo de (re) produção capitalista. Portanto, é produto das relações de produção e sociais que lhes são peculiares. O ecocapitalismo - denominação a que recorreremos para indicar o movimento contemporâneo da nova “ética socioambiental capitalista”-que reivindica o tripé equilíbrio econômico, social e ambiental, configura-se num paradoxo. Iniciemos nossa reflexão, considerando três aspectos ontológicos do capital fundamentais ao entendimento da contradição que exprime o ecocapitalismo.



Em primeiro lugar, em essência no capitalismo o grande vetor é a mercadoria² potenciada em seu valor de troca, ou seja, a mercadoria transformada em capital, haja vista o retorno em lucros e acumulação (MARX, 1975). Em segundo, a relação histórica homem e natureza à satisfação das suas necessidades, através do trabalho, têm no capital, sua apropriação como objeto, em que cuja intervenção produtiva/ destrutiva, engendra processos que acirram grandes problemáticas ecológicas, como também, econômico, social, político e cultural. Em terceiro, na relação capital x trabalho, há um complexo de relações- também refletidas por Karl Marx no nascedouro dessa sociabilidade- possibilitadas pela apropriação privada dos meios de produção e da riqueza socialmente alcançadas pela divisão social do trabalho, por uma só classe, o que condiciona a exploração do homem sobre o homem. O capitalismo é um sistema de classes, que tem determinações sobre o modo de ser, ver e viver o/no mundo. Portanto, a desigualdade social lhe é constitutiva, e nos ajuda a compreender a existência da Questão Social, quando a consideramos como a expressão do conjunto das desigualdades sociais³.

Sob o capital, todas as necessidades humanas, sejam elas do *estômago* ou da *fantasia* (MARX, IN: NETTO & BRAZ:2007), passam por uma apropriação mercadológica. Assim o é com questão socioambiental, que erige no próprio capital. Haja vista que as ações empresariais, dimensionadas para o “capitalismo verde” apontam para a transformação da necessidade de preservação dos recursos naturais em mercadoria. E por isso, coloca-se em xeque o novo compromisso “ético humanista” do capital.

O desenvolvimento das forças produtivas em tempos de capitalismo maduro se por um lado na relação capital trabalho intensificam as expropriações e exploração da classe operária, no tocante a dimensão ecológica potencializam verdadeiros massacres ambientais. Cujas saídas concretas à superação dos condicionais de sua existência não se assentam nas reformas moderadas ecocapitalistas, tecnocráticas, e cientificistas.

Assim, o pensamento socialista não se diz detentor de uma prosaica “verdade ecológica”, pelo contrário, a partir do homem real e concreto inserido nas tensões da sociedade de classes, situa como ponto central da questão a instituição de uma ideia de natureza que esteja ligada ao seu povo, aponta para outras relações entre os homens, outro modo de vida, e, conseqüentemente, outras relações com a natureza,

² Entendendo que: “A mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia”. (MARX, p.57).

³ Encontramos respaldo quanto a essa compreensão na reflexão de lamamoto(2008), quando a mesma reflete que : “A questão social é expressão do processo de produção e reprodução da vida social na sociedade burguesa, da totalidade histórica concreta”. (p.114)



que não as engendradas pela sociedade industrial moderna e seus agentes. (MELO:2010, p.234)

Ora, o que nos revela as saídas ecocapitalistas é uma inconteste necessidade de quebra radical com os padrões produtivos vigentes e o estabelecimento de um projeto de sociedade alternativo compatível com a solidariedade socioambiental que se anuncia: o ecossocialismo.

O ecossocialismo pressupõe a ruptura com o modo de produção capitalista. Todavia, essa ruptura não ocorrerá de forma “natural” pela possível autodestruição do capital, a pressão dos movimentos sociais e ecológicos é fundamental para que isso transcenda a esfera da utopia e torne-se uma realidade.

O que se necessita, por conseguinte, é uma visão muito mais radical e profunda do que seja uma revolução socialista. Trata-se de transformar não só as relações de produção, as relações de propriedade, mas a própria estrutura do aparelho produtivo. (LOWYp.230)

A superação do modo de produção capitalista não é um indicativo de que a sociedade alcançará os meios de reprodução social sustentáveis, dada a complexidade da totalidade histórica. Sob esse prisma, podemos identificar a necessidade da primeira, articulada com as relações sociais de trabalho, produção e o usufruto do conhecimento científico.

À medida que se passa das determinações mais abstratas (naturais e técnicas) para as mais concretas (incluindo a relação social de trabalho, a produção e a aplicação dos conhecimentos científicos etc.), a contradição já não diz respeito apenas as forças produtivas e põe em ação noções como crescimento e desenvolvimento. (LOUREIRO:2007,p.59).

O ecossocialismo, enquanto horizonte de fundamentação teórico-analítica marxista, no qual nos filiamos, compreende esse conjunto articulado de determinações sistêmicas não dissociadas. Essa corrente essencial defende um socialismo ecológico, que aceita como realidade, uma sociedade pautada por um controle democrático, com igualdade social, com predominância do valor de uso. E que, segundo Michel Löwy (2007), pressupõe: propriedade coletiva dos meios de produção; planejamento democrático que permita a sociedade definir os objetivos da produção e os investimentos, e uma nova estrutura tecnológica das forças produtivas.

O que se coloca em debate é a “ideologia verde” do progresso capitalista, orientada por sua racionalidade econômica, envolta de variáveis lucrativas e indicadores de



acumulação de riquezas, porque estas evidenciam a contradição do discurso ecológico capitalista.

A racionalidade limitada do mercado capitalista com o seu cálculo imediatista de perdas e lucros, é intrinsecamente contraditória com uma racionalidade ecológica, que leve em conta a longa temporalidade dos ciclos naturais. Não se trata de opor os ‘maus’ capitalistas ecocidas aos “bons” capitalistas verdes: é o próprio sistema, fundado na impiedosa competição, nas exigências da rentabilidade na corrida atrás do lucro rápido que é o destruidor dos equilíbrios naturais. (LÖWY:2007,p.50).

A instauração de empresas e indústrias em florestas tropicais é um exemplo real do que estamos apontando, visto que a busca incessante de recursos direcionados a produção de mercadorias e atendimento das demandas nacionais/ internacionais nesse ambiente, tem conseqüências destrutivas colossais. Isto porque, estas que expropriam territórios em busca desses recursos naturais para atender suas necessidades de mercado, engendram processos de degradação ambiental e desagregação das populações tradicionais, com a implantação dos mega projetos em efetivação nessas áreas. Estas práticas se opõem ao discurso de “capitalismo verde”. A falácia de desenvolvimento local e regional disseminada para implantação dos mega-projetos do capital em áreas florestadas, em geral, ocupadas por populações tradicionais, por sua vez, oculta as conseqüências reais dos processos que engendram. Isto porque, a implantação desses mega-projetos, acarreta grandes perdas em todas as dimensões para a classe trabalhadora que resiste às estratégias de expansão do capital em seus territórios, interferindo negativamente sobre sua as condições de vida. São ribeirinhos, quebradeiras de coco, seringueiros, índios/as, quilombolas, camponeses.

Temos sobre o sistema capitalista uma produção que potencializa a produção de bens supérfluos impulsionada pelas necessidades lucrativas de que se alimentam os mercados, imensamente destrutivas do ponto de vista ecológico, que ameaça nossa sobrevivência. A intervenção produtiva do capital sobre os recursos naturais opera a poluição da terra, do ar, das águas, sendo exemplos concretos: a devastação de florestas que afetam a fauna e a flora, a biodiversidade em sua complexidade; produção a base de pesticidas (venenos de todas as espécies) tóxicos para a terra e para a saúde humana e dos demais animais; introjeção de alimentos transgênicos, dentre outros aspectos destrutivos.

Os fundamentos da proposta ecocapitalista, de reforma ambiental moderada, não é compatível com seu modelo produtivo. Considerar o equilíbrio ambiental pressupõe erradicar um modelo produtivo imensamente destrutivo dos recursos ecológicos, que



considere de fato as necessidades do povo, e não do mercado. Isto pressupõe, conforme aponta Lowy (2010), seguindo as bandeiras de luta dos movimentos sociais e ecológicos, como o MST, o Greenpeace e por parcela da igreja de vertente progressista, uma reforma agrária radical, que destitua os grandes latifúndios, e favoreça com terra, investimento, crédito e ajuda técnica:

1) agricultura familiar, os pequenos produtores, cooperativas, os assentamentos, dos sem-terra; 2) bio-agricultura, sem transgênicos e sem pesticidas tóxicos; 3) a produção de alimentos e víveres: arroz, feijão, legumes, aves. (p.225)

A implantação dessas medidas no setor agrário deve estar acompanhada pela incorporação de outras medidas igualmente necessárias e estratégicas, como: o desenvolvimento e utilização de energias via fontes alternativas, (solar, eólica), a redução de emissão de gases de efeito estufa com a redução progressiva do uso de veículos particulares com a adoção de transporte público coletivo gratuito, dentre outras questões.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse sentido, compreendemos que para que alcancemos uma sociedade ecologicamente solidária, sustentável de fato, o conjunto de relações de produção e reprodução do capital devem radicalmente ser suprimidas, apresentando-se assim, o ecossocialismo como um horizonte a ser buscado pela luta e resistência aos seus processos.

E é nessa dimensão dialética e de totalidade que consideramos imprescindível a reflexão crítica, acerca da ideologia do “capitalismo verde”. É necessário realizarmos amplos debates críticos e fortalecer as lutas, para que estes desvelem os fundamentos reais dessa questão, para podermos travar, qualitativamente, uma interlocução com os setores da sociedade e com intelectuais e as produções que politicamente, ideologicamente o defendem, mas escamoteiam os interesses hegemônicos de mercado que lhe são inerentes.

4. REFERÊNCIAS



AMARAL, Angela Santana do; CESAR, Monica. *O trabalho do assistente social nas fundações empresariais*. IN: CFESS e ABEPSS (Org). Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional/ Cap.II Trabalho e Serviço Social: redimensionamento da profissão ante as transformações societárias recentes./ 15ªed- São Paulo, Cortez, 2008.*

LOUREIRO, C.F.B. *Pensamento crítico, tradição marxista e a questão ambiental: ampliando os debates*. In: LOUREIRO, C.F.B (ORG); TREIN, E.; PEDROSA, J.G.; TOZONI-REIS, M.F.C.; LEHER, R.; NOVICKI,V.; *A questão ambiental no pensamento crítico: natureza, trabalho e educação*. Rio de Janeiro: Quartet,2007.

LÖWY, Michael. *A Alternativa Ecosocialista*. IN: MELO, João Alfredo Telles: *Direito ambiental e ecosocialismo: artigos acadêmicos e escritos militantes*. / Org. Helena Martins-Fortaleza: Edições Demócrito Rocha,2010.

LÖWY, Michael. *Ecologia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 2005.

MELO, João Alfredo Telles. *Direito ambiental e ecosocialismo: artigos acadêmicos e escritos militantes*. / Org. Helena Martins- Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2010.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. 6ªed. Cap. I: A mercadoria.p.41-93; Cap.XXIV: A chamada acumulação primitiva do capital, p.828-882. Livro I, Vols 1 e 2.

NETTO, José Paulo & BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma introdução crítica*. 3ªed. - São Paulo: Cortez, 2007.